



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
Assessoria de Comunicação**

Clipping Impresso

Quarta, 22 de janeiro de 2014

O ESTADO DO MARANHÃO - Capa

Estado Maior

Judiciário retoma atividades sob novo comando

O Pleno do Tribunal de Justiça retoma hoje suas atividades, sob a presidência da desembargadora Cleonice Freire e o impacto da crise no sistema penitenciário, cuja solução depende muito do sistema judiciário estadual. **Política 3**

Estado maior

Volta sob impacto

Pela primeira vez tendo na presidência a desembargadora Cleonice Silva Freire e tendo como corregedora-geral a desembargadora Nelma Sarney, o Pleno do Tribunal de Justiça retoma hoje suas atividades, para iniciar o ano forense, iniciado ontem. Os desembargadores realizarão duas sessões, uma jurisdicional, na qual serão apreciados 19 processos, e outra administrativa, para eleição dos membros e instalação do Órgão Especial.

A mais alta Corte de Justiça do Maranhão retoma suas atividades com ânimo novo por causa da nova direção, comandada pela desembargadora Cleonice Freire, que tem como vice-presidente a desembargadora Anildes Cruz. Mas inicia o ano forense sob o impacto da crise no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, que ganhou repercussão internacional com o ataque a ônibus no dia 3, que resultou na morte da menina Ana Clara.

No contexto da crise, tanto quanto o Poder Executivo, o Poder Judiciário vem sendo duramente cobrado pelo fato de que mais de 700 dos 2.800 detentos que ainda estão aguardando o pronunciamento da Justiça. Os números colocaram o Judiciário no epicentro da crise no sistema penitenciário. Diante do bombardeio, o novo comando do Poder reagiu de maneira prática.

A presidente Cleonice Freire e a corregedora geral Nelma Sarney assumiram a responsabilidade e iniciaram uma contra-ofensiva ampla: participaram de todas as reuniões que se seguiram à ação dos bandidos, se tornaram membros do Comitê de Gestão e estão comandando um mutirão destinado a revisar todos os processos pendentes relacionados com detentos de Pedrinhas. Os primeiros resultados serão apresentados na semana que vem.

A presidente Cleonice Freire e a corregedora-geral Nelma Sarney não aceitam a afirmação corrente segundo a qual a polícia prende e a Justiça solta.

Nova fase do mutirão carcerário será debatida por órgãos no DPE

Representantes do Ministério da Justiça, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública estarão reunidos hoje à tarde para discutir a nova fase de operacionalização, que terá caráter presencial no Complexo Penitenciário de Pedrinhas

Mario Carvalho
Da equipe de **O Estado**

Uma reunião entre representantes do Ministério da Justiça, Poder Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública está marcada para ocorrer hoje, às 14h30, na sede da Defensoria Pública do Maranhão, na Praia Grande. No encontro, será debatida a operacionalização da nova fase do mutirão carcerário, que será iniciada no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, a partir da próxima segunda-feira (27).

A nova etapa do mutirão carcerário terá caráter presencial. Juizes, promotores e defensores públicos vão atuar diretamente nas unidades prisionais da capital, conversando com presos provisórios, cujos processos ainda estão sendo analisados por uma equipe de magistrados. A expectativa da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado é que a análise de mais de 1.000 processos possa ser encerrada ainda no decorrer desta semana.

O defensor-geral do Estado, Aldy Mello Filho, informou que a fase presencial do mutirão carcerário terá o auxílio de cerca de 30 defensores públicos vindos de outros estados. A equipe será coordenada pelo chefe da unidade da Defensoria Pública da União (DPU) em São Luís, Yuri Michael Pereira Costa. Os defensores da Força Nacional da Defensoria Pública vão ajudar a analisar processos de detentos. A seleção é resultado de edital publicado no início deste mês e a designação consta da Portaria 24/2014.

Aldy Mello disse que o mutirão segue até o dia 13 de abril, com análise de processos dos presos e da situação deles no presídio – a parte dita presencial



Aldy Mello Filho anunciou a vinda de defensores de outros estados

Mais

De acordo com levantamento do Grupo de Trabalho sobre Detenção Arbitrária das Nações Unidas (GTDA/ONU), a deficiência na assistência jurídica gratuita é uma das razões para o Brasil registrar alto índice de presos provisórios (ainda não julgados), da ordem de 40% da população carcerária.

dos trabalhos. "Inicialmente, serão analisados os processos de presos da capital que estão em Pedrinhas. Para os demais, já há determinação do Tribunal de Justiça para que os processos do interior sejam remetidos a São Luís para serem analisados. Es-

sa revisão é um trabalho complexo, mas necessário, porque garante que os processos tramitem mais rapidamente", ressalta o defensor.

Três defensores públicos federais foram designados para atuar extraordinariamente na Força

“

Inicialmente, serão analisados os processos de presos da capital que estão em Pedrinhas. Para os demais, já há determinação do Tribunal de Justiça para que os processos do interior sejam remetidos a São Luís para serem analisados”

Aldy Mello Filho, defensor-geral do Estado

Nacional da Defensoria Pública em São Luís: Leonardo de Castro Trindade, Sérgio Ricardo Bittencourt Goulart e Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro. Eles vão ajudar no atendimento a detentos que estão no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, onde recentemente houve crise.

Além da atuação dos defensores, que se dará entre o dia 27 deste mês e 10 de fevereiro, o defensor público-geral federal Haman Tabosa de Moraes e Córdova participa de reunião da Força Nacional hoje em São Luís.

Comitê Gestor de Ações Integradas terá uma nova reunião amanhã

Medidas para solução de problemas no sistema carcerário serão avaliadas

O Governo do Estado, por meio de sua assessoria de comunicação, confirmou que amanhã (23), em horário que até o fechamento desta edição ainda não havia sido informado, haverá, no Palácio dos Leões, nova reunião do Comitê Gestor de Ações Integradas – criado para sanar os problemas do sistema carcerário do estado.

Ainda segundo o governo, em duas semanas de trabalho já foram adquiridos “avanços significativos, tais como a criação do mutirão carcerário [...] além do sistema integrado de informações”, este último em parceria com o estado do Paraná.

Em nota divulgada ontem, a governadora Roseana Sarney voltou a ressaltar o empenho da administração estadual para a resolução dos óbitos nas unidades prisionais e para impedir novas ocorrências de rebeliões em presídios do estado. De acordo com Roseana, estão sendo investidos R\$ 131 milhões na construção de unidades prisionais na capital e interior do estado, o que vai permitir a criação de mais de 2.600 novas vagas até o fim deste ano. Ainda segundo a governadora, foi realizado o maior concurso na área de segurança, com aumento dos efetivos das polícias militar, civil e corpo de bombeiros. “Também autorizamos a convocação de mais 80 aprovados no

concurso para agente penitenciário, que somando aos 41 já chamados, teremos um incremento de 121 novos profissionais no nosso sistema prisional”.

Ainda segundo o governo, as 11 medidas que foram anunciadas pela governadora Roseana Sarney e pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo estão sendo desenvolvidas em simultâneo, com ações que estão sendo trabalhadas pelos grupos que integram o comitê.

Segundo a secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira, que também faz parte do comitê, a integração entre os poderes e o acompanhamento dos órgãos de defesa dos direitos humanos tem sido fundamental no alcance das metas já traçadas na busca por soluções para o sistema penitenciário. “É determinação da governadora que essas ações sejam intensificadas para que tenhamos mais resultados positivos”, disse.

Os primeiros resultados do trabalho que vem sendo elaborado pelo Comitê Gestor de Ações Integradas foram apresentados na sexta-feira (17), sete dias após a primeira reunião do Comitê Gestor (constituído por representantes dos governos Federal e estadual, Tribuna de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, Secretária de Segurança, Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária, entre outros órgãos).

Mais em Cidades 1 e Polícia 6

O ESTADO DO MARANHÃO - Política - Pg03

Nova etapa

Ministério da Justiça, Defensoria Pública, Poder Judiciário e Ministério Público do Maranhão se reúnem hoje para organizar a etapa presencial do mutirão carcerário.

Essa etapa será iniciada na segunda-feira (27), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e contará com a atuação de 30 defensores públicos de outros estados brasileiros.

A reunião está marcada para as 14h30, na sede da Defensoria Pública do Estado.

Picadinhas

O juiz Delvan Tavares Oliveira é o novo diretor do Fórum Henrique de La Rocque, em Imperatriz. O titular da Vara da Infância e da Juventude assumiu a função na última sexta-feira (17). O magistrado substituiu o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto, que ficou no cargo no biênio 2012/2013. Ao assumir a função, Delvan disse que pretende dar continuidade ao trabalho que vem sendo desenvolvido, contribuindo com o aprimoramento da prestação da Justiça.

Logo mais à noite, será realizado em São Luís coquetel de apresentação da expedição motociclística pela América do Sul. A solenidade será prévia da viagem de dois aventureiros patrocinados pela concessionária BMW e MINI, do grupo Dalcar, em direção ao extremo sul do Chile. O coquetel reunirá amigos, convidados e a imprensa e também apresentará as duas BMW F800 GS, que serão utilizadas durante a excursão? cada uma, com três baús e um GPS.

O Google vai construir o seu próprio aeroporto que custará 82 milhões e tem previsão para ficar pronto em 2015. A obra que será construída em San Jose, na Califórnia, está sendo paga por Larry Page, Sergey Brin e Eric Schmidt, os três chefes do Google, que terá exclusividade sobre 5 dos 7 terminais do aeroporto. Vale dizer, que os três têm gostos compatíveis por aviões, juntos eles têm oito aeronaves.

Rápida

Policial absolvido

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) absolveu, por unanimidade, o policial militar Samuel Castelo Branco, acusado pelo Ministério Público do Estado de ter supostamente torturado Leontino Francisco dos Santos, para que este confessasse participação em crimes de roubo e formação de

quadrilha. O crime ocorreu na cidade de Grajaú/MA, em 1998. O juiz daquela Comarca condenou o militar a cinco anos e um mês, determinando ainda a perda do cargo na PM. Samuel Castelo Branco recorreu ao Tribunal de Justiça, alegando não haver provas suficientes para embasar a condenação e obteve a absolvição.

22.01.14. - JORNAL PEQUENO - Atos, Fatos e Baratos - Pg.02.1

Mutirão carcerário

Representantes do Ministério da Justiça, Defensoria Pública, Poder Judiciário, Ministério Público se reúnem, hoje, para discutir a operacionalização da etapa presencial do mutirão carcerário.

O mutirão será deflagrado na segunda-feira (27), no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, e contará com a atuação de 30 defensores públicos de outros estados brasileiros.

Na reunião, na sede da Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), em São Luís, está confirmada também a presença de representante do Conselho Nacional de Defensores Públicos Gerais (Condego).

5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo funciona em novo endereço

Já está funcionando em novo endereço - Avenida dos Portugueses, s/n. Campus Universitário do Bacanga, Casa da Justiça, UFMA - o 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo. A mudança da unidade, antes localizada no Bairro do Anjo da Guarda (Avenida Moçambique, nº 09), se deu a partir de uma parceria do Poder Judiciário com a Universidade Federal do Maranhão. Quem informa é a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Cristina Coelho Chaves.

De acordo com a coordenadora, através da parceria alunos dos últimos períodos do curso de Direito da UFMA, que cedeu o espaço, estarão diretamente envolvidos com audiências, conciliações e outras rotinas da unidade.

O Centro de Conciliação do Tribunal de Justiça também irá funcionar no endereço, informa a magistrada.

O 5º Juizado Especial tem como titular o juiz Samuel Batista, que atualmente compõe a Turma Recursal de São Luís. Responde pela unidade atualmente o juiz Júlio César Lima Prazeres.

O telefone do Juizado, cuja instalação deve acontecer até o fim desta semana, permanece o mesmo: (98) 3228-3406.

22.01.14. - JORNAL PEQUENO - Política - Pg.03

MIUDINHAS

• O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão realiza nesta quarta-feira (22) a primeira sessão plenária do ano, após recesso de magistrados, que a partir de hoje (21) desenvolvem normalmente suas atividades forenses.

• O governo do Maranhão, por meio da Fapoma, realiza, a partir desta quarta-feira (22) até a sexta-feira (24), no Hotel Veleiros, em São Luís, o Seminário de Avaliação do Projeto PPSUS 2009-2010 e a Apresentação dos Projetos PPSUS 2013. A abertura do seminário acontece às 9h.

• A abertura das propostas de licitação para contratação de empresa gráfica para diagramação, ilustração, montagem e impressão de informativos institucionais (interno e externo) do Tribunal, será realizada nesta quarta-feira (22), às 9h, no Tribunal Regional do Trabalho, na Areinha, onde serão recebidos os envelopes lacrados.

Lideranças religiosas e o Judiciário discutem soluções para crise carcerária

DIVULGAÇÃO

Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), para propor ações de evangelização e medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Raimundo Barros – que na reunião representou a presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire – falou sobre o Sistema BI (Business Intelligence), que será adotado para auxiliar na gestão dos dados prisionais.

“Essa ferramenta vai servir de canal de comunicação entre os órgãos da Justiça e do governo, permitindo o acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios”, disse.

Os integrantes do Movimento entregaram ao desembargador relatório, elaborado com observações feitas pelos missionários que atuam diária-



NA REUNIÃO, o des. Raimundo Barros falou sobre o sistema de gestão de dados prisionais

mente nas unidades prisionais, descrevendo sobre o comportamento dos presos e o tratamento dispensado aos apenados.

“Nós assinamos um protocolo que demonstra a preocupação das igrejas cristãs em realizar um trabalho espiritual no interior das unidades prisionais

e fazer uma interlocução com o governo do Estado e Poder Judiciário na busca de soluções para a crise no sistema carcerário”, disse a vereadora e missionária, Rose Sales.

EVANGELIZAÇÃO – As entidades religiosas que participam do Movimento Ore por Pedri-

nhas realizam trabalhos de capelania, evangelização e apoio a famílias dos detentos da Casa de Detenção. No entanto, o grupo pretende agregar as demais igrejas e denominações religiosas para promover um trabalho mais intensificado no interior das unidades prisionais.

TJ-MA distribui novo calendário forense de 2014

Os feriados, pontos facultativos e suspensões de expediente no Judiciário estadual durante o ano de 2014 estão relacionados em versão impressa do calendário forense que está sendo distribuído às unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), na capital e no interior, além de instituições e órgãos de Justiça do Estado.

Advogados e outros operadores do Direito cujas atividades dependem do funcionamento dos serviços da Justiça estadual também têm acesso ao material, que é editado anualmente pela Assessoria de Comunicação do TJ-MA. A edição também ficará disponível em arquivo digital no Portal do Judiciário.

O calendário, foi produzido com base em resolução (GP 63/2013) aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça publicada no Diário da Justiça Eletrônico, no dia 12 de dezembro de 2013. A medida considera a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Judiciário, especialmente as audiências e o plantão da Justiça de 2º grau.

EXPEDIENTE – De acordo com a resolução, não haverá expediente nos feriados de 1º de Janeiro (Ano Novo); 3 e 4 de março (Carnaval); 17 de abril (quinta-feira santa); 18 de abril (sexta-feira santa); 21 de abril (Dia de Tiradentes); 1º de maio (Dia do Trabalho); 19 de junho (Corpus Christi); 28 de julho (Adesão do Maranhão à Independência do Brasil); 8 de setembro (Fundação de São Luís);

28 de outubro (Dia do Funcionário Público); 20 de novembro (Dia da Consciência Negra); 8 de dezembro (Dia da Justiça); 25 de dezembro (Natal). Nas comarcas do interior, não haverá expediente nos feriados definidos em lei municipal.

São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias 5 de março (quarta-feira de cinzas); 16 de abril (Semana Santa); 24 de dezembro (Véspera de Natal); 31 de dezembro (Véspera de Ano Novo).

O expediente será suspenso nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e fins de semana: 2 de maio (sexta-feira que sucede ao feriado de 1º de maio); 20 de junho (sexta-feira que sucede ao feriado de Corpus Christi); 27 de outubro (segunda-feira que antecede ao Dia do Funcionário Público); 21 de novembro (sexta-feira que sucede ao Dia da Consciência Negra); 26 de dezembro (sexta-feira que sucede ao Natal).

Nos dias em que houver suspensão de expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanece como de "natureza urgente" e seguirá nos plantões.

COMPENSAÇÃO – As horas não trabalhadas, obedecendo ao cronograma do calendário de feriados, poderão ser compensadas, em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 1 hora por dia, a critério da presidência do TJ-MA. Já os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a compensação pelo Judiciário.

Lideranças religiosas discutem com o TJ soluções para a crise carcerária



Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas (foto), reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para propor ações de evangelização e medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Policial acusado de crime de tortura é absolvido pela Justiça

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) absolveu, por unanimidade, o policial militar Samuel Castelo Branco, acusado pelo Ministério Público do Estado de ter supostamente torturado Leontino Francisco dos Santos, para que este confessasse participação em crimes de roubo e formação de quadrilha.

O crime teria ocorrido na cidade de Grajaú/MA, em 1998. Instruído o feito, o juiz daquela Comarca, entendeu haver provas de prática criminosa pelo policial, condenando-o ao cumprimento de pena total de cinco e um mês, determinando ainda a perda do cargo na PM.

Inconformado com a decisão, Samuel Castelo Branco recorreu ao Tribunal de Justiça, alegando não ha-

ver provas suficientes para embasar a condenação. Ele sustentou que a sentença se baseou apenas em elementos colhidos durante o inquérito policial e que não foram repetidos durante a instrução criminal.

Para o relator do recurso, desembargador Raimundo Melo, não há, nos autos, provas contundentes a ensejar a manutenção da sentença condenatória em desfavor do policial.

"Existem apenas indícios acerca da imputação contida na denúncia, sendo certo, não haver estado de certeza acerca da atribuição delitiva, mas mera probabilidade da conduta criminosa supostamente perpetrada pelo policial", assinalou.

O magistrado ressaltou ainda posicionamento do

jurista Guilherme de Souza Nucci a respeito da existência de motivos convergentes e divergentes acerca da ocorrência dos fatos.

Referindo-se à dúvida existente, ele afirmou estar efetivamente ausente o estado de certeza, ou seja, não

tendo sido convencido de que os fatos se deram no plano real, exatamente como descrito na peça acusatória.

O voto de Melo pela absolvição de Samuel Castelo Branco, foi seguido pelos desembargadores Bayma Araújo e Marcelino Everton.

Lideranças religiosas discutem com o Judiciário soluções para a crise carcerária

Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para propor ações de evangelização e

medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Raimundo Barros – que na reunião representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire – falou sobre o Sistema BI (Business Intelligence), que será adotado para auxiliar na

gestão dos dados prisionais.

“Essa ferramenta vai servir de canal de comunicação entre os órgãos da Justiça e do Governo, permitindo o acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios”, disse.

Os integrantes do Mo-

vimento entregaram ao desembargador relatório, elaborado com observações feitas pelos missionários que atuam diariamente nas unidades prisionais, descrevendo sobre o comportamento dos presos e o tratamento dispensado aos apenados.

22.01.14 - CORREIO DE NOTÍCIAS - Capa

Lideranças religiosas discutem soluções para a crise carcerária



Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros para propor ações de evangelização. PAG.02

Lideranças religiosas discutem soluções para a crise carcerária com o Judiciário

Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para propor ações de evangelização e medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Raimundo Barros - que na reunião representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire - falou sobre o Sistema BI (Business Intelligence), que será adotado para auxiliar na gestão dos dados prisionais.

"Essa ferramenta vai servir de canal de comunicação entre os órgãos da Justiça e do Governo, permitindo o aco-

panhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios", disse.

Os integrantes do Movimento entregaram ao desembargador relatório, elaborado com observações feitas pelos missionários que atuam diariamente nas unidades prisionais, descrevendo sobre o comportamento dos presos e o tratamento dispensado aos ape-

nados.

"Nós assinamos um protocolo que demonstra a preocupação das igrejas cristãs em realizar um trabalho espiritual no interior das unidades prisionais e fazer uma interlocução com o Governo do Estado e Poder Judiciário na busca de soluções para a crise no sistema carcerário", disse a vereadora e missionária, Rose Sales.

22.01.14 - JORNAL A TARDE - Capa

Pleno do TJMA realiza primeira sessão do ano



22.01.14. - A TARDE - Pg.02

Pleno do TJMA realiza primeira sessão do ano

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão realiza nesta quarta-feira (22) a primeira sessão plenária do ano, após recesso de magistrados, que a partir de hoje (21) desenvolvem normalmente suas atividades forenses.

Haverá uma sessão jurisdicional, com dezenove

processos que deverão ser apreciados pelos membros da Corte, e uma sessão administrativa para eleição dos membros e instalação do Órgão Especial.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, apresentará uma prestação de contas do primeiro

mês de gestão. A magistrada assumiu o cargo em 20 de dezembro de 2013.

RECESSO - Com o fim do recesso forense, os prazos nas instâncias de 1º e 2º graus da justiça maranhense voltaram a correr normalmente.

As sessões de julgamen-

tos nas câmaras cíveis e criminais foram retomadas nesta terça-feira (21), assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Durante o recesso, o Judiciário trabalhou em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça.

TJMA distribui novo calendário forense de 2014



Os feriados, pontos facultativos e suspensões de expediente no Judiciário estadual durante o ano de 2014 estão relacionados em versão impressa do calendário forense que está sendo distribuído às unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na capital e no interior, além de instituições e órgãos de Justiça do Estado.

Advogados e outros operadores do Direito cujas atividades dependem do funcionamento dos serviços da Justiça estadual também têm acesso ao material, que é editado anualmente pela Assessoria de Comunicação do TJMA. A edição também ficará disponível em arquivo digital no Portal do Judiciário.

O calendário foi produzido com base em resolução (GP 63/2013) aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça publicada no Diário da Justiça Eletrônico, no dia 12 de dezembro de 2013. A medida considera a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Judiciário, especialmente as audiências e o plantão da Justiça de 2º grau.

EXPEDIENTE - De acordo com a resolução, não haverá expediente nos feriados de 1º de Janeiro (Ano Novo); 3 e 4 de março (Carnaval); 17 de abril (quinta-feira santa); 18 de abril (sexta-feira santa); 21 de abril (Dia de Tiradentes); 1º de maio (Dia do Trabalho); 19 de junho (Corpus Christi); 28 de julho (Adesão do Maranhão à Independência do Brasil); 8 de setembro (Fundação de

São Luís); 28 de outubro (Dia do Funcionário Público); 20 de novembro (Dia da Consciência Negra); 8 de dezembro (Dia da Justiça); 25 de dezembro (Natal). Nas comarcas do interior, não haverá expediente nos feriados definidos em lei municipal.

São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias 5 de março (quarta-feira de cinzas); 16 de abril (Semana Santa); 24 de dezembro (Véspera de Natal); 31 de dezembro (Véspera de Ano Novo).

O expediente será suspenso nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e finais de semana: 2 de maio (sexta-feira que sucede ao feriado de 1º de maio); 20 de junho (sexta-feira que sucede ao feriado de Corpus Christi); 27 de outubro (segunda-feira que antecede ao Dia do Funcionário Público); 21 de novembro (sexta-feira que sucede ao Dia da Consciência Negra); 26 de dezembro (sexta-feira que sucede ao Natal).

Nos dias em que houver suspensão de expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanece como de "natureza urgente" e seguirá nos plantões.

COMPENSAÇÃO - As horas não trabalhadas, obedecendo ao cronograma do calendário de feriados, poderão ser compensadas, em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 1 hora por dia, a critério da presidência do TJMA. Já os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a compensação pelo Judiciário.

22.01.14. - A TARDE - Pg.07

5º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E DAS RELAÇÕES DE CONSUMO FUNCIONA EM NOVO ENDEREÇO

Já está funcionando em novo endereço - Avenida dos Portugueses, s/n, Campus Universitário do Bacanga, Casa da Justiça, UFMA - o 5º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo. A mudança da unidade, antes localizada no bairro do Anjo da Guarda (Avenida Moçambique, nº 09), se deu a partir de uma parceria do Poder Judiciário com a Universidade Federal do Maranhão. Quem informa é a coordenadora dos Juizados Especiais, juíza Márcia Cristina Coelho Chaves.

CRISE CARCERÁRIA

Lideranças religiosas discutem soluções com o Judiciário

Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para propor ações de evangelização e medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Raimundo Barros - que na reunião representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire - falou sobre o Sistema BI (Business Intelligence), que será adotado para auxiliar na gestão dos dados prisionais.

"Essa ferramenta vai servir de canal de comunicação entre os órgãos da Justiça e do Governo, permitindo o acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios", disse.

Os integrantes do Movimento entregaram ao desembargador relatório, elaborado com observações feitas pelos missionários que atuam diariamente nas unidades prisionais, descrevendo sobre o comportamento dos presos e o tratamento dispensado aos apenados.



O desembargador Raimundo Barros falou sobre a ferramenta BI

"Nós assinamos um protocolo que demonstra a preocupação das igrejas cristãs em realizar um trabalho espiritual no interior das unidades prisionais e fazer uma interlocução com o Governo do Estado e Poder Judiciário na busca de soluções

para a crise no sistema carcerário", disse a vereadora e missionária, Rose Sales.

EVANGELIZAÇÃO - As entidades religiosas que participam do Movimento Ore por Pedrinhas realizam trabalhos de capelania, evangeli-

zação e apoio a famílias dos detentos da Casa de Detenção. No entanto, o grupo pretende agregar as demais igrejas e denominações religiosas para promover um trabalho mais intensificado no interior das unidades prisionais.

OAB Nacional cria Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário

O Conselho Federal da OAB anunciou sexta-feira, 17, a criação da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário, formada por Conselheiros de todos os estados e do Distrito Federal. A coordenação será presidida por Adilson Geraldo Rocha, de Minas Gerais, com Márcio Vitor Meyer de Albuquerque (CE) como vice-presidente e Umberto Luiz Borges D'Urso (SP) como secretário. O representante do Maranhão será o presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA, Luis Antônio Câmara Pedrosa. Dia 29 de janeiro o Conselho Seccional do Maranhão vai se reunir extraordinariamente para tratar da situação carcerária do estado. A

reunião contará com a presença do presidente da OAB Nacional, Marcus Vinicius Furtado Coêlho.

A Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário da OAB será empossada no dia 4 de fevereiro, na sede do Conselho Federal, em Brasília. O jurista Miguel Reale Jr. fará uma palestra no dia da posse, que também marca a primeira reunião de trabalho do grupo. Os presidentes de todas as Seccionais receberão convite para o evento, assim como o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e Augusto Eduardo de Souza Rossini, diretor do Departamento Penitenciário Nacional. Cardozo e Rossini

também serão convidados a participar da reunião.

Durante o mês de dezembro, em conversas com os presidentes das Seccionais, o Conselho Federal da OAB decidiu criar a Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário. Naquele mês, a OAB apresentou denúncias à Organização dos Estados Americanos (OEA) pelas péssimas condições do Presídio Central de Porto Alegre e do Presídio de Pedrinhas, no Maranhão – em janeiro, o complexo em São Luis virou símbolo do caos e da barbárie quando três presos foram decapitados em uma disputa de facções.

No enfrentamento da crise no sistema penitenciário

nacional, o Conselho Federal, além da criação da Coordenação de Acompanhamento do Sistema Carcerário, orientou as Seccionais a analisarem a situação em cada Estado e ajuizarem ações civis públicas cobrando dos governos melhorias nas condições dos presídios. Segundo o presidente da entidade, Marcus Vinicius Furtado Coêlho, "o Estado é responsável pela proteção da vida das pessoas submetidas à sua custódia".

A OAB também irá requerer aos juizes de cada Estado que os presos provisórios sejam separados dos presos condenados e que também haja divisão de acordo com a gravidade dos crimes cometidos.



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça
Assessoria de Comunicação**

Clipping Digital

Quarta, 22 de janeiro de 2014

JORNAL PEQUENO – *Online*

Publicado em: 21/01/2014 - 15:28

Policial acusado de suposto crime de tortura é absolvido pela Justiça

A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) absolveu, por unanimidade, o policial militar Samuel Castelo Branco, acusado pelo Ministério Público do Estado de ter supostamente torturado Leontino Francisco dos Santos, para que este confessasse participação em crimes de roubo e formação de quadrilha.



O crime teria ocorrido na cidade de Grajaú/MA, em 1998. Instruído o feito, o juiz daquela Comarca, entendeu haver provas de prática criminosa pelo policial, condenando-o ao cumprimento de pena total de cinco e um mês, determinando ainda a perda do cargo na PM.

Inconformado com a decisão, Samuel Castelo Branco recorreu ao Tribunal de Justiça, alegando não haver provas suficientes para embasar a condenação. Ele sustentou que a sentença se baseou apenas em elementos colhidos durante o inquérito policial e que não foram repetidos durante a instrução criminal.

Para o relator do recurso, desembargador Raimundo Melo, não há, nos autos, provas contundentes a ensejar a manutenção da sentença condenatória em desfavor do policial.

“Existem apenas indícios acerca da imputação contida na denúncia, sendo certo, não haver estado de certeza acerca da atribuição delitiva, mas mera probabilidade da conduta criminosa supostamente perpetrada pelo policial”, assinalou.

O magistrado ressaltou ainda posicionamento do jurista Guilherme de Souza Nucci a respeito da existência de motivos convergentes e divergentes acerca da ocorrência dos fatos.

Referindo-se à dúvida existente, ele afirmou estar efetivamente ausente o estado de certeza, ou seja, não tendo sido convencido de que os fatos se deram no plano real, exatamente como descrito na peça acusatória.

O voto de Melo pela absolvição de Samuel Castelo Branco, foi seguido pelos desembargadores Bayma Araujo e Marcelino Everton.

Policial acusado de suposto crime de tortura é absolvido pela Justiça

Publicação: 21/01/2014 16:35



A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) absolveu, por unanimidade, o policial militar Samuel Castelo Branco, acusado pelo Ministério Público do Estado de ter supostamente torturado Leontino Francisco dos Santos, para que este confessasse participação em crimes de roubo e formação de quadrilha.

O crime teria ocorrido na cidade de Grajaú/MA, em 1998. Instruído o feito, o juiz daquela Comarca, entendeu haver provas de prática criminosa pelo policial, condenando-o ao cumprimento de pena total de cinco e um mês, determinando ainda a perda do cargo na PM.

Inconformado com a decisão, Samuel Castelo Branco recorreu ao Tribunal de Justiça, alegando não haver provas suficientes para embasar a condenação. Ele sustentou que a sentença se baseou apenas em elementos colhidos durante o inquérito policial e que não foram repetidos durante a instrução criminal.

Para o relator do recurso, desembargador Raimundo Melo, não há, nos autos, provas contundentes a ensejar a manutenção da sentença condenatória em desfavor do policial.

"Existem apenas indícios acerca da imputação contida na denúncia, sendo certo, não haver estado de certeza acerca da atribuição delitiva, mas mera probabilidade da conduta criminosa supostamente perpetrada pelo policial", assinalou.

O magistrado ressaltou ainda posicionamento do jurista Guilherme de Souza Nucci a respeito da existência de motivos convergentes e divergentes acerca da ocorrência dos fatos.

Referindo-se à dúvida existente, ele afirmou estar efetivamente ausente o estado de certeza, ou seja, não tendo sido convencido de que os fatos se deram no plano real, exatamente como descrito na peça acusatória.

O voto de Melo pela absolvição de Samuel Castelo Branco, foi seguido pelos desembargadores Bayma Araújo e Marcelino Everton.

Apresentação



Lideranças religiosas discutem com o Judiciário soluções para a crise carcerária

Publicação: 21/01/2014 14:19

Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do Movimento Ore por Pedrinhas, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), para propor ações de evangelização e medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Raimundo Barros, que na reunião representou a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, falou sobre o Sistema BI (Business Intelligence), que será adotado para auxiliar na gestão dos dados prisionais.

“Essa ferramenta vai servir de canal de comunicação entre os órgãos da Justiça e do Governo, permitindo o acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios”, disse.

Os integrantes do Movimento entregaram ao desembargador relatório, elaborado com observações feitas pelos missionários que atuam diariamente nas unidades prisionais, descrevendo sobre o comportamento dos presos e o tratamento dispensado aos apenados.

“Nós assinamos um protocolo que demonstra a preocupação das igrejas cristãs em realizar um trabalho espiritual no interior das unidades prisionais e fazer uma interlocução com o Governo do Estado e Poder Judiciário na busca de soluções para a crise no sistema carcerário”, disse a vereadora e missionária, Rose Sales.

Evangelização

As entidades religiosas que participam do Movimento Ore por Pedrinhas realizam trabalhos de capelania, evangelização e apoio a famílias dos detentos da Casa de Detenção. No entanto, o grupo pretende agregar as demais igrejas e denominações religiosas para promover um trabalho mais intensificado no interior das unidades prisionais.



Lideranças religiosas discutem soluções para a crise carcerária

1/01/2014 às 14h13

SÃO LUÍS - Lideranças religiosas evangélicas e católicas de São Luís, integrantes do *Movimento Ore por Pedrinhas*, reuniram-se com o desembargador Raimundo Barros, na sede administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA), para propor ações de evangelização e medidas efetivas que amenizem a crise no sistema carcerário do Estado.

Raimundo Barros, que na reunião representou a presidente do TJ-MA, desembargadora Cleonice Freire, falou sobre o Sistema BI (Business Intelligence), que será adotado para auxiliar na gestão dos dados prisionais.

"Essa ferramenta vai servir de canal de comunicação entre os órgãos da Justiça e do governo, permitindo o acompanhamento e gerenciamento da situação penal dos presos condenados e provisórios", disse.

Os integrantes do movimento entregaram ao desembargador relatório, elaborado com observações feitas pelos missionários que atuam diariamente nas unidades prisionais, descrevendo sobre o comportamento dos presos e o tratamento dispensado aos apenados.

"Nós assinamos um protocolo que demonstra a preocupação das igrejas cristãs em realizar um trabalho espiritual no interior das unidades prisionais e fazer uma interlocução com o governo do Estado e Poder Judiciário na busca de soluções para a crise no sistema carcerário", disse a vereadora e missionária, Rose Sales.

Evangelização

As entidades religiosas que participam do *Movimento Ore por Pedrinhas* realizam trabalhos de capelania, evangelização e apoio a famílias dos detentos da Casa de Detenção. No entanto, o grupo pretende agregar as demais igrejas e denominações religiosas para promover um trabalho mais intensificado no interior das unidades prisionais.



TJMA distribui novo calendário forense de 2014

Publicação: 21/01/2014 16:40

Os feriados, pontos facultativos e suspensões de expediente no Judiciário estadual durante o ano de 2014 estão relacionados em versão impressa do calendário forense que está sendo distribuído às unidades administrativas e jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), na capital e no interior, além de instituições e órgãos de Justiça do Estado.

Advogados e outros operadores do Direito cujas atividades dependem do funcionamento dos serviços da Justiça estadual também têm acesso ao material, que é editado anualmente pela Assessoria de Comunicação do TJMA. A edição também ficará disponível em arquivo digital no Portal do Judiciário.

O calendário foi produzido com base em resolução (GP 63/2013) aprovada pelo Pleno do Tribunal de Justiça publicada no Diário da Justiça Eletrônico, no dia 12 de dezembro de 2013. A medida considera a necessidade de planejamento e organização das atividades dos órgãos do Judiciário, especialmente as audiências e o plantão da Justiça de 2º grau.

EXPEDIENTE – De acordo com a resolução, não haverá expediente nos feriados de 1º de Janeiro (Ano Novo); 3 e 4 de março (Carnaval); 17 de abril (quinta-feira santa); 18 de abril (sexta-feira santa); 21 de abril (Dia de Tiradentes); 1º de maio (Dia do Trabalho); 19 de junho (Corpus Christi); 28 de julho (Adesão do Maranhão à Independência do Brasil); 8 de setembro (Fundação de São Luís); 28 de outubro (Dia do Funcionário Público); 20 de novembro (Dia da Consciência Negra); 8 de dezembro (Dia da Justiça); 25 de dezembro (Natal). Nas comarcas do interior, não haverá expediente nos feriados definidos em lei municipal.

São considerados pontos facultativos no âmbito do Poder Judiciário estadual os dias 5 de março (quarta-feira de cinzas); 16 de abril (Semana Santa); 24 de dezembro (Véspera de Natal); 31 de dezembro (Véspera de Ano Novo).

O expediente será suspenso nas seguintes datas, compreendidas entre feriados e finais de semana: 2 de maio (sexta-feira que sucede ao feriado de 1º de maio); 20 de junho (sexta-feira que sucede ao feriado de Corpus Christi); 27 de outubro (segunda-feira que antecede ao Dia do Funcionário Público); 21 de novembro (sexta-feira que sucede ao Dia da Consciência Negra); 26 de dezembro (sexta-feira que sucede ao Natal).

Nos dias em que houver suspensão de expediente forense, o mecanismo de apreciação dos requerimentos judiciais permanece como de "natureza urgente" e seguirá nos plantões.

COMPENSAÇÃO - As horas não trabalhadas, obedecendo ao cronograma do calendário de feriados, poderão ser compensadas, em período oportuno do mesmo exercício, à razão de 1 hora por dia, a critério da presidência do TJMA. Já os pontos facultativos instituídos pelo Poder Executivo não obrigam a compensação pelo Judiciário.

PasseiAki

Terça-feira, dia 21 de janeiro de 2014

O Pleno do Tribunal de Justiça do Maranhão realiza nesta quarta-feira (22) a primeira sessão plenária do ano, após recesso de magistrados, que a partir de hoje (21) desenvolvem normalmente suas atividades forenses.

Haverá uma sessão jurisdicional, com dezenove processos que deverão ser apreciados pelos membros da Corte, e uma sessão administrativa para eleição dos membros e instalação do Órgão Especial.

A presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, apresentará uma prestação de contas do primeiro mês de gestão. A magistrada assumiu o cargo em 20 de dezembro de 2013.

RECESSO - Com o fim do recesso forense, os prazos nas instâncias de 1º e 2º graus da justiça maranhense voltaram a correr normalmente.

As sessões de julgamentos nas câmaras cíveis e criminais foram retomadas nesta terça-feira (21), assim como os serviços forenses nas varas e juizados das comarcas do Estado.

Durante o recesso, o Judiciário trabalhou em regime de plantão para garantir o acesso do cidadão à Justiça.